
COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

Victor M. F. Marques dos Santos

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

Coexistir pacificamente tem constituído uma característica assaz frequente do processo de relacionamento entre conjuntos sociais ou unidades políticas.

Esse processo de relacionamento evolui de acordo com a especificidade ecológica envolvente, condicionado pela exigência dialéctica de acção/reacção, de desafio/resposta, inerente ao contacto inevitável entre o homem e o meio e também, em larga medida, dependente do tipo de contactos estabelecidos com outros conjuntos sociais.

Quando falamos de coexistência pacífica referimo-nos, no entanto, geralmente, a um período determinado das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética ou, se preferirmos entre o Ocidente e o Leste.

Ignoramos, assim, neste contexto relacional, tanto a situação empírica da coexistência pacífica, como a verdadeira extensão e o significado operativo estratégico do conceito, reduzindo ambos os aspectos à dimensão política específica que os teóricos da coexistência pacífica lhe conferiram durante o período referido.

Consideraremos, pois, em primeiro lugar, a coexistência pacífica como situação empírica característica do processo de relacionamento entre conjuntos sociais politicamente organizados. Referiremos, seguidamente, as fases de conceptualização teórica e de adaptação estratégica da coexistência pacífica. Procuraremos, finalmente, estabelecer a relação entre o conteúdo operativo do conceito, e as alterações introduzidas pelas novas atitudes políticas soviéticas de relacionamento internacional, enquadradas no âmbito estratégico e político da «perestroika».

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA COMO SITUAÇÃO EMPÍRICA

Situação alternativa e transitória

Uma situação de coexistência pacífica pressupõe a existência de dois ou mais conjuntos sociais politicamente organizados, de expressão territorial

concreta — ainda que, por vezes, em fase de definição — e cujos contactos decorram da vontade política de, pelo menos, um deles e da consequente inevitabilidade de imposição desse contacto ao outro.

Quando estiverem reunidos estes pressupostos, a natureza e o grau da relação que se estabelece, dependerá dos interesses específicos envolvidos, evoluindo ao longo do tempo entre formas de cooperação e de competição, das quais poderão surgir uma aliança, p. ex., face a um desafio externo comum, ou — no outro extremo qualitativo do processo relacional — a formas violentas de relação. Neste caso, o conflito poderá terminar pela destruição mútua total, pela subjugação total do mais fraco pelo mais forte, ou ainda pelo regresso a posições próximas das originais, com algumas alterações de domínio territorial mas sem modificações sensíveis no plano das estruturas sócio-culturais, ideológicas ou políticas fundamentais.

A coexistência pacífica corresponde exactamente a esta última hipótese. Isto é, ela decorre da incapacidade de o mais forte — o agressor — alcançar a totalidade dos seus objectivos e impor o seu domínio hegemónico, conjugada com a incapacidade de o mais fraco defender eficazmente a totalidade dos seus interesses.

Podemos considerar então:

- 1) Que a passagem à fase violenta do processo relacional foi determinada, em última análise, por uma percepção incorrecta da correlação de forças e capacidades; e
- 2) Que o período de coexistência pacífica que antecedeu a fase violenta do processo relacional, bem como aquele que lhe sucederá, constituem períodos transitórios durante os quais o agressor procurará aumentar o seu potencial de modo a que, numa futura tentativa, os seus objectivos de domínio sejam preenchidos.

A coexistência pacífica surge, assim, como uma situação de facto, que não corresponde à situação de paz — visto que o conflito se matém — mas que significa apenas uma interrupção transitória da expressão violenta do processo relacional. Trata-se da situação possível, inevitável, mas não desejada. É a situação objectiva mas não fora a situação objectivada. E é nesta

inevitabilidade, mutuamente reconhecida, que os adversários encontram os pontos de interesse comum que lhes permitem retomar a forma não-violenta de relacionamento.

Enquanto situação de facto, a coexistência pacífica constitui, pois, uma alternativa temporária, não ao conflito em si mesmo, mas sim à sua forma de expressão violenta e corresponde, em termos políticos, à aceitação de uma partilha inevitável de poder, por parte do mais forte, perante a evidente inviabilidade conjuntural de imposição do seu domínio hegemónico.

Contrariamente à paz, a coexistência pacífica é uma situação de «não-guerra», que nunca poderá significar a eliminação ou a ultrapassagem do conflito fundamental.

Situação inevitável e permanente

Após vários ciclos da alternância entre coexistência pacífica e coexistência violenta, a experiência empírica permite, geralmente, uma percepção da realidade que tende a fazer evoluir a coexistência pacífica para uma situação inevitável e permanente.

O processo de percepção é lento. Mas o reconhecimento e a aceitação política do facto — que, aliás, nem sempre se verificam — levam ainda mais tempo a consolidar-se. No entanto, o reconhecimento da impossibilidade de impor um domínio hegemónico e da consequente inevitabilidade de partilhar do poder, acabam por induzir, ao longo da prática dos contactos, a elevação qualitativa gradual das formas não violentas de relação.

Recorrem, efectivamente, desse reconhecimento, a aceitação mútua de áreas de influência exclusiva, de limitação de áreas de competição, bem como dos acordos quanto ao grau de envolvimento, localização e alastramento dimensional aceitável de futuras manifestações violentas do conflito.

Tal como anteriormente estabelecemos uma diferença de natureza entre paz e coexistência pacífica, do mesmo modo deveremos distinguir entre estas manifestações violentas do conflito — que se verificam no âmbito do enquadramento vigente e mutuamente aceite de preservação do «status quo» essencial — e a guerra propriamente dita, que envolve os princípios sistémicos estruturais, a matriz ideológica conceptual fundamentadora do próprio conflito, e em cujas expressões de violência homens e deuses combatem lado a lado até à destruição completa das forças do mal — que o inimigo personifica — ou até ao seu próprio aniquilamento.

O poder negocial, a capacidade diplomática e a vontade política são, no entanto, algumas das variáveis condicionantes do relacionamento. E perante a evolução das conjunturas, a violência continua a verificar-se, alternando com períodos de «não guerra».

A COEXISTÊNCIA PACÍFICA COMO CONCEITO ESTRATÉGICO

A fase de conceptualização teórica

Em 1915/16, durante a Primeira Guerra Mundial, entrava-se na fase de conceptualização teórica da coexistência pacífica. Poderá perguntar-se porquê só então, e não antes. Talvez pelo eminente significado político-estratégico que a coexistência pacífica adquiria. Quer dizer, para além de constituir uma situação de facto que, até então, resultava das capacidades limitadas e mutuamente reconhecidas das forças em presença, a coexistência pacífica tornava-se agora uma atitude política activa, conscientemente assumida, de valor estratégico decisivo.

A coexistência pacífica era, assim, de novo perspectivada enquanto situação de facto, na sua aceção de alternativa transitória, não já como inevitabilidade permanente, mas, a partir de agora, como enquadramento teórico de uma prática política de relacionamento internacional.

Isto é, na impossibilidade de exportação imediata do processo revolucionário, o bolchevismo russo assumia, por um lado, a vocação universalista do comunismo marxista e, por outro lado, o compromisso de uma fase transitória de convivência pacífica com o adversário, implicando simultaneamente uma contradição ideológica de efeitos imediatos nas atitudes políticas e exigindo, por isso mesmo, uma adaptação doutrinal consequente.

Entrava-se, assim, na fase embrionária de conceptualização teórica da coexistência pacífica como estratégia de enquadramento, não apenas da política externa bolchevista mas de um vasto conjunto de acções de relacionamento internacional.

A dimensão estratégica desta atitude reside no facto de a coexistência pacífica ter sido conceptualizada a partir do reconhecimento efectivo de uma situação concreta que a evidenciava como exigência indeclinável do processo revolucionário.

A coexistência pacífica tornava-se, pois, a única atitude política que, perante as circunstâncias, permitiria aos bolchevistas a sua participação ao

sistema «burguês» de relacionamento internacional — que ideológica e doutrinariamente repudiavam — por forma a conseguirem a consolidação do poder no plano interno para, de acordo com os mesmos princípios ideológicos e doutrinais, passarem posteriormente à fase de exportação da revolução, de avanço progressivo até à destruição total do sistema capitalista e à imposição definitiva do domínio hegemónico comunista.

A fase de adaptação estratégica

A partir do Tratado de Brest-Litovsk — que corresponde à primeira expressão político-diplomática do compromisso com o sistema adversário e do desvio à ortodoxia doutrinal bolchevique — a coexistência pacífica tem constituído tema de contínuo debate interno na URSS, enriquecido pelas experiências relacionais entre o Ocidente e o Leste e pelas decorrentes adaptações constantes às realidades conjunturais.

A evolução conceptual tem-se caracterizado pela crescente operacionalidade do conteúdo que transformou a coexistência pacífica, sucessivamente, de atitude política de defesa passiva, em estratégia de relacionamento internacional, primeiramente caracterizada pela passividade dos posicionamentos e, posteriormente, pelo surgimento de uma actividade sistematicamente orientada segundo planos globalizantes e compreendendo em permanência acções combinadas de estratégia directa e indirecta, que se desenvolvem em graus variáveis de agressividade, assegurando em cada momento a optimização sinérgica potencial.

Ao longo deste período, que se estende até aos nossos dias, tem sido possível referenciar alguns aspectos fundamentais da evolução conceptual.

Os mais evidentes desses aspectos são, sem dúvida, a crescente operacionalidade do conteúdo conceptual, perante as necessidades estratégicas conjunturais, e a correspondente adaptação dos princípios ideológicos e doutrinais à evolução conceptual e a prática política.

O primeiro aspecto refere-se à evolução qualitativa do relacionamento e à evolução dimensional da extensão de aplicabilidade estratégica da coexistência pacífica.

No que concerne à evolução qualitativa do relacionamento, enquanto na época de Lenine os limites qualitativos da relação eram, por um lado, o tratado de paz com o adversário, e, por outro, a guerra generalizada,

gradualmente foram aparecendo áreas de cooperação com o sistema adversário que permitiram alcançar níveis de entendimento progressivos, a começar pelo Tratado de Rapallo, com a Alemanha de Weimar, e, posteriormente, aproveitando as «contradições capitalistas», o pacto sovieto-nazi e a aliança com os EUA.

O aparecimento da arma atómica viria impor um novo limite no outro extremo da escala qualitativa de relacionamento. Este novo condicionalismo, que foi publicamente reconhecido por Krushev, torna-se com Gorbachev um dado adquirido como limite inaceitável do grau de conflitualidade violenta potencial, donde o conceito da crise adquire nova dimensão operacional, constituindo o confronto violento convencional indirecto o novo limite aceitável da expressão violenta da conflitualidade inter-sistémica.

Quer dizer, a coexistência pacífica é agora, de novo, tendencialmente perspectivada como situação inevitável e, se não permanente, pelo menos de duração indefinida, devendo, no entanto, continuar a preencher o seu objectivo fundamental, isto é, operar a passagem gradual ao socialismo comunista pela degradação progressiva do sistema capitalista.

Quanto à evolução dimensional da extensão de aplicabilidade estratégica do conceito, esta adquire por seu lado expressão acentuada na aplicação espacial do conceito. De facto, a coexistência pacífica enquanto estratégia política de relacionamento internacional, começou por ter uma aplicação limitada aos contactos entre a Rússia bolchevique e as restantes potências beligerantes intervenientes no primeiro conflito mundial. Mais tarde, com Staline, passava a constituir, na prática, a estratégia utilizada em relação aos países limitrofes da URSS e, posteriormente, no XX Congresso do PCUS, já com Krushev seria, como vimos, adoptada como «linha central» da política externa soviética, ao mesmo tempo que se começava a levantar a questão da sua divisibilidade. Isto é, da possibilidade de alargar as áreas e aprofundar os níveis de cooperação com o Ocidente, e de, em simultâneo, desenvolver a agressividade ideológica e militar através da penetração no Terceiro Mundo, concretizado no auxílio aos movimentos de libertação e à guerrilha comunista, respectivamente em áreas colonizadas e em países de regime pró-occidental.

Com Brejnev assistiu-se à confirmação desta divisibilidade quando, por um lado, se construía a *détente* (considerada por alguns autores como o grau qualitativo mais elevado da coexistência pacífica) e, por outro lado, se assistia à expansão africana e asiática da influência soviética.

A coexistência pacífica adquiriria, assim, o seu grau mais aperfeiçoado de estratégia global do expansionismo soviético.

Quanto ao segundo aspecto, de adaptação dos princípios ideológicos e doutrinais à evolução conceptual e estratégica, será suficiente recordar que Lenine se referia à coexistência pacífica acentuando o seu carácter transitório, e à consequente inevitabilidade do conflito violento entre os dois sistemas político-ideológicos e sócio-económicos em presença. Mas, trinta e cinco anos volvidos, Krushev, ao erigir a coexistência pacífica como linha central da política externa da URSS, pronunciava-se pela não-inevitabilidade do conflito violento, que passava a constituir apenas uma possibilidade entre outras, e agora, de novo trinta e cinco anos depois, Gorbachev advoga a exigência objectiva de, a todo o custo, se evitar o conflito violento.

COEXISTÊNCIA PACÍFICA E «PERESTROIKA»

A constante ideológica marxista-leninista

O conceito marxista-leninista de política internacional considera a diplomacia e o conflito violento como formas instrumentais complementares da acção revolucionária, numa perspectiva conceptual estratégica herdada de Clausewitz, mas acentuando a inevitabilidade do conflito violento.

Estabelece, por outro lado, uma relação de complexidade causal entre guerra e revolução, criando níveis de relacionamento internacional que ultrapassam as estruturas político-diplomáticas básicas do Estado-nação, para se alargarem às áreas do social com expressão na solidariedade internacional das classes operárias, tidas como representativas do trabalho, por oposição ao capital detentor do poder, por ocupação do aparelho de Estado.

Após Brest-Litovsk e o decorrente compromisso de um período de coabitação pacífica e temporária entre sistemas opostos, Lenine admitia, em 1919, a viabilidade de uma convivência entre regimes antagonistas e formulava «o princípio da coexistência pacífica como linha estratégica fundamental das relações entre a Rússia bolchevique e os Estados capitalistas» (1).

Lenine concebia a coexistência pacífica como a luta contínua entre sistemas sociais e económicos antagónicos, no sentido de assegurar o êxito

(1) Cfr. Vitali Koriónov, «La Coexistência Pacífica en Acción», Moscovo ed. Progreso, 1975, p. 21.

interno da revolução. Introduzia-se aqui, de novo, a componente ideológica no processo de justificação do conflito, que gradualmente desaparecera durante o século XVIII.

Em 1956 Krushev abandonava a tese da inevitabilidade do conflito, mas seria essa a única concessão ao reformismo doutrinal, na medida em que defendia a coexistência pacífica como «um processo dialéctico combinando organicamente a mais enérgica luta de classes entre o socialismo e o capitalismo, e a cooperação de Estados dos dois sistemas com o fim da manutenção da paz» (2).

Em Outubro de 1974 o «Pravda» confirma a permanência dos princípios fundamentais do conceito, acentuando que «a coexistência pacífica não significa nem a preservação do *status quo* social e político nem o enfraquecimento da luta ideológica e da actividade dos partidos comunistas» (3).

Em Fevereiro de 1976, Brejnev afirmava perante o XXV Congresso do PCUS, que «a *détente* não exclui minimamente, nem pode alterar, as leis da luta de classes», e acrescentava, «não fazemos segredo do facto de que consideramos a *détente* como o modo de criar condições favoráveis para a construção pacífica do socialismo e do comunismo» (4).

Volvida uma década, o general soviético Dmitri Volkogónov vem comprovar a continuidade de princípios e a coerência de acções dessa «forma específica de confrontação de classes, a coexistência pacífica, [que] contribui para o debilitamento do complexo militar-industrial dos países capitalistas e cria condições mais favoráveis à luta política, económica e ideológica do proletariado» (5). E seguidamente caracteriza a coexistência pacífica através das suas áreas de «luta política, teórica, ideológica, diplomática, alguns aspectos de competição económica pacífica entre os dois sistemas mundiais, etc., exceptuando a violência militar propriamente dita» (6). Esta distinção de violência militar, em relação a outros tipos de

(2) Citado por Juan Cassiers, «The Hazards of Peace: A European View of *Détente*», Cambridge, Massachusetts, ed. Harvard University Center for international Affairs, 1976, p. 25.

(3) Citada por R. W. Stevenson, «The Rise and Fall of *Détente*», London, ed. Macmillan, 1985, p. 3.

(4) Cfr. L. Brejnev, «Report (...) To the 25th Party Congress», in R. W. Stevenson, ob. cit., pp. 2-3.

(5) Cfr. Dmitri Volkogónov, «O Exército e o Progresso Social», Moscovo, ed. Progresso, 1987, pp. 30-31.

(6) *Idem, ibidem*, pp. 30-31.

violência potencial, confere aliás um estatuto de grande actualidade ao conteúdo operatório do conceito.

É relativamente a esta permanente reafirmação de princípios, que Gorbachev opera uma viragem gradual, tanto no plano ideológico como no plano teórico conceptual.

A inovação conceptual da «Perestroika»

A inovação conceptualizante evidenciada nos textos de Gorbachev não só introduz características operacionais evolutivas no conteúdo conceptual, como altera a própria natureza do conceito ao questionar a premissa ideológica legitimizadora subjacente, que confere à coexistência pacífica o estatuto de situação temporária visando a transição para o socialismo.

Em Abril de 1985, na reunião do Comité Central do PCUS, e posteriormente, em Fevereiro de 1986, no XXVII Congresso do PCUS, Gorbachev enuncia as primeiras alterações de fundo.

Para o actual líder soviético, o conflito violento está totalmente fora de questão. No seu relatório ao XXVII Congresso, salienta que «É precisamente em torno das questões do conteúdo real da política capaz de preservar a paz que se desenvolverá, tanto quanto podemos prever, a luta principal no decurso dos próximos anos» (7). E mais adiante, partindo do princípio que um conflito nuclear significaria a destruição mútua inevitável, acrescenta: «na situação contemporânea não existe qualquer alternativa à cooperação e à interacção entre todos os Estados. Por consequência, as condições objectivas — eu sublinho, objectivas — estão constituídas para que a confrontação entre o capitalismo e o socialismo se possa desenrolar única e exclusivamente sob forma de competição pacífica e de rivalidade pacífica. Para nós a coexistência pacífica é uma política que a URSS tem intenção de prosseguir infalivelmente» (8).

No ano seguinte, 1987, na sua «Perestroika», não se limita a acentuar a exclusão definitiva da hipótese de conflito violento. De facto, ultrapassa essa reforma doutrinal para se demarcar claramente em relação ao Congresso do PCUS, de 1956, à luz do chamado «novo pensamento político»

(7) Cfr. M. Gorbachev, «Rapport (...) Au XXVIII Congrès du PCUS», Moscovo, ed. Progresso, 1986, p. 15.

(8) *Idem, ibidem*, p. 84.

ou «nova mentalidade política»: «foram introduzidas alterações na nova edição do programa do PCUS adoptado pelo XXVII Congresso do Partido. Concretamente, consideramos já não ser possível manter nele a definição de coexistência pacífica de Estados com sistemas sociais diferentes, como 'forma específica de luta de classes'» ⁽⁹⁾, pois o perigo da guerra nuclear e o interesse comum da humanidade em evitá-la, justifica que «Estados que pertencem a sistemas sociais diferentes possam e devam cooperar uns com os outros em nome da paz» ⁽¹⁰⁾.

Enquanto no XX Congresso, em 1956, com Krushev, «as perspectivas do progresso social 'coincidião' com a prevenção da guerra nuclear», trinta anos mais tarde, no XXVII Congresso, em 1986, com Gorbachev, são totalmente separados os temas da guerra e da revolução pois a posição teórica que ainda admitia a possibilidade de guerra não corresponde «às realidades da guerra nuclear».

Após a exclusão conceptual do possível recurso ao conflito violento, esta posição constitui o segundo grande corte com a ortodoxia oficial anterior. Perante os resultados iniludíveis de uma terceira guerra mundial, a «nova filosofia da paz» exige o abandono da noção de interdependência entre guerra e revolução, pela qual a primeira é geradora da segunda, estabelecendo-se entre ambas uma relação de causa-efeito.

Mas, para além destes desvios doutrinários, as inovações introduzidas por Gorbachev permitem, como referimos, questionar a própria natureza do conceito.

De facto, desde Lenine até à actualidade, apesar de toda a evolução do conteúdo conceptual — quer nos seus aspectos qualitativos operatórios, quer na dimensão estratégica da sua aplicabilidade — tem-se mantido em permanência, através de um processo de conciliação ideológica de grau variável, a premissa fundamental do conceito, isto é, o carácter indiscutivelmente transitório da coexistência pacífica como modalidade de relacionamento entre sistemas sociais, económicos e políticos diferenciados e opostos.

De facto, quer consideremos a coexistência pacífica como situação alternativa temporária ao conflito violento, quer a consideremos como alternativa permanente e inevitável a esse mesmo conflito violento, ela constitui sempre, em qualquer dos dois casos, um conceito estratégico operacio-

⁽⁹⁾ Cfr. M. Gorbachev, «Perestroika», Lisboa, ed. Publicações Europa-América, 1987, p. 163.

⁽¹⁰⁾ *Idem, ibidem*, p. 163.

nal de relacionamento externo da política soviética, que corresponde doutrinária e especificamente ao período de transição para o socialismo, para o fim da luta de classes, para o fim do capitalismo, e para a vitória do comunismo.

É exactamente em relação a esta constante essencial, justificadora doutrinária do estado de transição a que chamamos coexistência pacífica, que Gorbachev parece introduzir a sua inovação conceptual decisiva, ao admitir e prever que o fim da coexistência pacífica possa não ser inevitavelmente o socialismo, e que ela se mantenha indefinidamente, não como estádio de transição para o socialismo, mas como uma inevitabilidade histórica permanente.

Esta posição parece pôr em causa os próprios fundamentos do edifício teórico do marxismo-leninismo. A primeira alusão a esta possibilidade aparece já na «Perestroika», quando Gorbachev escreve que «A competição económica, política e ideológica entre países capitalistas e socialistas é inevitável. Porém, pode e deve ser mantida num quadro de competição pacífica que encare necessariamente a cooperação (...) Que cada nação decida qual o melhor sistema e qual a melhor ideologia. Que isto seja decidido por competição pacífica, que cada sistema prove a sua capacidade de corresponder às necessidades e interesses do homem (...) Esta compreensão de uma unidade dialéctica de sistemas opostos enquadra-se no conceito de coexistência pacífica» (11).

E a confirmação mais recente destas posições aparece em Julho de 1988 no Relatório do SG do Comité Central à XIX Conferência Nacional do PCUS: «O lugar-chave da nova mentalidade é ocupado pela concepção da liberdade de escolha (...) determinada pela diversidade sem precedentes e crescente do mundo (...) Num clima marcado pelo esforço generalizado de uma tomada de consciência nacional (milhares de milhões de pessoas) irão ainda dizer a sua palavra na escolha do seu próprio caminho.»

«Nesta situação, tentar impor do exterior — não importa qual o meio, para já não falar dos meios militares — um regime social, um modo de vida, ou uma política, significa retomar as práticas perigosas de épocas passadas. A soberania, a independência, a igualdade de direitos e a não ingerência, tornaram-se normas universalmente aceites nas relações internacionais, o que, só por si, constitui uma grande conquista do século XX.

(11) *Idem, ibidem*, pp. 164-165.

Opor-se à liberdade de escolha equivale a opor-se à marcha objectiva da própria História» (12).

Sem recusar o princípio teleológico nem o determinismo objectivo da marcha da História, numa perspectiva marxista, Gorbachev acentua a característica flexibilidde teórico-conceptual e doutrinal, ao admitir, entre-tanto, que essa marcha possa não conduzir necessariamente ao socialismo e que poderá prolongar-se indefinidamente à luz dessa premissa fundamental da «nova mentalidade política», que é o conceito da liberdade de escolha.

Estes novos posicionamentos constituem alterações radicais na conceptualização teórica da coexistência pacífica, mas também, e principalmente, na natureza conflitual inter-sistémica que lhe está subjacente e que, em última análise, lhe confere legitimação ideológica como conceito estratégico operatório de relacionamento internacional da política externa soviética, na fase de transição do mundo para o socialismo comunista.

Se, a toda esta profunda evolução teórico-conceptual, juntarmos as acções concretas da «realpolitik» soviética verificada no relacionamento internacional da URSS desde 1985, poderemos perspectivar a tendência do contexto internacional para uma fase de apaziguamento geral, correspondente ao limiar de um novo período de *détente*.

Com efeito, o início da retirada soviética do Afeganistão e das conversações sobre o conflito angolano e sobre a independência da Namíbia, a melhoria das relações com a China, o tratado INF e a preparação de um novo tratado sobre mísseis estratégicos, as propostas para redução de armamento convencional na Europa no âmbito das conversações de Viena, a viabilização da operacionalidade da ONU, o pedido soviético de adesão ao FMI e ao Banco Mundial, a recente proposta de desanuviamento do Sudoeste Asiático através da eliminação das bases soviéticas de Da Nangh e Kam Ran Bay e das bases americanas de Subic Bay e Clark, nas Filipinas, constituem sinais concretos que parecem confirmar, no plano das relações internacionais, as intenções previamente anunciadas no quarto da «perestroika».

Considerações Finais

Extraír conclusões sobre a «perestroika» seria obviamente prematuro. Fazer previsões nesta fase embrionária do processo tornar-se-ia extremamente complexo, pelo elevado número de desenvolvimentos sectoriais simultâneos

(12) Cfr. M. Gorbachev, «Aprofundar a 'Perestroika'», Lisboa, ed. Avante, 1988, p. 40.

e interactivos, sendo os potenciais resultados inevitável e tendencialmente influenciados pela actual conjuntura.

Parece, no entanto, ser possível, conveniente e oportuno acentuar alguns aspectos que poderão constituir pontos de partida ou referências básicas às futuras tentativas de análise prospectiva.

Em primeiro lugar, o conjunto de acções que actualmente se inscreve no processo chamado «perestroika», encontra a sua plena justificação na exigência inequívoca de reformas estruturais internas reconhecidamente inadiváveis do sistema soviético, à qual corresponde uma conjuntura de desenvolvimento científico, tecnológico e económico internacional que ameaça a viabilidade do estatuto de superpotência mundial da URSS, pelo gradual desfasamento de ritmos de crescimento integrado.

Em segundo lugar, a viabilidade das reformas internas das quais depende o futuro do sistema soviético pressupõe uma «fuga para a frente» que se traduz pela espectacular reformulação das linhas de força da política externa soviética — mas não necessariamente dos seus objectivos finais — com vista à potenciação optimizada das virtualidades do relacionamento internacional, que permitam ou induzam a realização das referidas reformas estruturais internas.

Em terceiro lugar, essa reformulação, compreendendo novas premissas de relacionamento, inscreve-se empírica e estrategicamente no quadro conceptual teórico e operativo da coexistência pacífica.

De facto, a chamada «nova mentalidade política» e o seu conceito-chave da liberdade de escolha não representam qualquer tipo de corte ideológico fundamental com o marxismo-leninismo, mas, pelo contrário, constituem o esquema de conciliação teórica doutrinal conjunturalmente exigido para o seu permanente reforço.

Na chamada «nova mentalidade política», o triunfo final do socialismo sobre o capitalismo nunca é posto em causa, continuando a constituir o objectivo central do programa do Comité Central do PCUS.

Reconhece-se apenas que o período de transição para o socialismo não tem uma duração previsível e, principalmente, que essa transição não será conseguida sem profundas transformações sociais, que exigem a mobilização de todas as forças, energias e recursos da sociedade.

Do mesmo modo, ao elevar a premissa da livre escolha ao nível de conceito fundamental da sua «nova mentalidade política», Gorbachev limi-

ta-se a retomar o programa do «proletariado vencedor» inscrito no Manifesto Comunista de Marx e Engels, de 1848, em cujo último ponto se salienta que «o livre desenvolvimento de cada um é condição necessária do livre desenvolvimento de todos».

Estabelece-se, assim, uma relação de continuidade entre o pensamento de Marx e a praxis gorbachevina de tentativa de democratização da sociedade soviética. Foi, aliás, com esse objectivo de conciliação teórico-empírica que se realizou, em Julho de 1988, a XIX Conferência Nacional do PCUS.

«Nós, marxistas, acreditamos que a revolução ocorrerá também noutros países. Mas isso acontecerá apenas e quando for considerado necessário pelos revolucionários desses países. Exportar a revolução é um contra-senso. Cada país, se assim o desejar, fará a sua própria revolução... Mas dizer que nós desejamos provocar a revolução noutros países, interferindo no seu modo de vida, é falar de algo que não existe e que nunca advogámos» (13).

Declarações como esta, que se inserem inequivocamente no espírito do chamado «novo pensamento político», não são, no entanto, novas no discurso oficial soviético. Com efeito, a citação anterior refere uma afirmação de Staline proferida em Março de 1936, quando o Ocidente, a um tempo receoso e curioso em relação ao processo interno soviético, demonstrava a sua tradicional capacidade de espanto, de incredulidade e de repúdio perante a realidade dos factos: a brutalidade dos julgamentos de Moscovo e os resultados da estratégia internacional das «frentes populares» na Europa Ocidental.

Tal como há cinquenta anos, o Ocidente constitui hoje o terreno fértil do *wishful thinking* onde os *media* cultivam e promovem de forma intensiva e sistemática a imagem gorbacheviana de revolucionário-romântico em versão adaptada a este final de século, veiculada pela campanha de relações públicas organizada pelo Kremlin, segundo padrões de *marketing*, também estes importados do Ocidente.

Mas se a questão de fundo, ao reflectirmos sobre a coexistência pacífica, é saber se este processo transitório de relacionamento entrou de novo numa fase de aprefeioamento e evolução conducentes a um aumento qualitativo gradual, através do aproveitamento das especificidades da conjuntura inter-

(13) Cfr. J. Staline, citado por T. T. Hammond, «The Anatomy of Communist Takeovers», New Haven, ed. Yale University Press, 1975, pp. 17-18.

nacional, ou se, por outro lado, o regime que conceptualizou teoricamente a coexistência pacífica deixou ele próprio de necessitar desse suporte instrumental de relacionamento estratégico internacional, devido à evolução ideológica operada e da consequente transformação hipotética da sua natureza intrínseca, pensamos que, por enquanto, não podem subsistir dúvidas quanto à conclusão possível.

De facto, parecem não existir ainda provas evidentes, conclusivas, que permitam a verificação desta última hipótese.

No Ocidente estão, no entanto, reunidas as condições óptimas para a preservação e o aprofundamento do tradicional equívoco prevalecente sobre a coexistência pacífica, bem como para as decorrentes atitudes e acções que se enquadram na teoria dos «coveiros» de Marx ou a teoria leninista da «corda para a forca».

Parece, pois, oportuno relembrar, com Jacques Lévesque, que «à partida, a própria existência de uma política externa do Estado soviético constitui em si mesma um compromisso. À medida que esses compromissos se sucederam, a ideologia sofreu certamente desvios e mutações, mas demonstrou uma espantosa capacidade de sobrevivência através de dificuldades e contradições» (14).

Aliás, tal como anteriormente referimos, a sistemática conciliação doutrinal dos princípios ideológicos à evolução da prática política, condicionada esta pelas exigências conjunturais da realidade internacional, constitui, de facto, uma das características operatórias mais evidentes e intrínsecas da coexistência pacífica.

E se estas percepções ocidentais podem conter erros de perspectiva, é o próprio Gorbachev que, no essencial, as confirma ao acentuar, perante a XIX Conferência Nacional do PCUS, que «a nova mentalidade política não é uma doutrina fechada e acabada. É dialéctica, o que permite que a política seja constantemente aperfeiçoada e desenvolvida em consonância com a marcha da vida real. E, como é óbvio», acrescenta, «com a nossa opção socialista, e com os princípios leninistas» (15).

Deveremos, pois, questionar de forma objectiva, isenta e em permanência, esta dramática alteração de atitudes, sem as confundir ou interpretar — de forma tentadoramente fácil, mas certamente controversa — como sinais de

(14) Cfr. Jacques Lévesque, «L'URSS et sa Politique Internationale», Paris, ed. Armand Colin, 1980, p. 37.

(15) Cfr. M. Gorbachev, «Aprofundar a 'Perestroika'», Lisboa, ed. Avante, 1988, p. 37.

uma hipotética, mas altamente improvável, evolução fundamental da ideologia marxista-leninista, ou dos grandes objectivos doutrinais permanentes do regime soviético e do seu suporte teórico-conceptual, político e estratégico, que é a coexistência pacífica.

Mas a conjuntura internacional e as exigências inadiáveis de reestruturação interna do regime soviético reúnem também as condições necessárias para uma alteração fundamental das atitudes ocidentais.

De facto, o Ocidente, agora de novo tão intensamente solicitado para uma cooperação mais activa e consequente com a URSS, deverá fazer compreender inequivocamente à nova sensibilidade política soviética que a pretendida evolução qualitativa do processo relacional deverá conter elementos positivos de interesse recíproco, e que estará, em última análise, dependente, não apenas das necessidades internas do processo soviético, prespectivadas por Gorbachev e enquadradas pela «perestroika», mas que será, sobretudo, condicionada pelos indícios — ainda pouco perceptíveis — de que as novas atitudes estratégicas da política externa da URSS e do seu relacionamento internacional, significarão e corresponderão também, futuramente, a uma evolução gradual, sensível e evidente dos grandes objectivos permanentes do marxismo-leninismo e do comunismo internacional.

Outubro de 1988.

Victor M. F. Marques dos Santos

Mestre em Relações Internacionais.

Assessor do Instituto da Defesa Nacional.